

SAGRADO FEMININO: UM RESGATE DAS MULHERES ASTECAS ANTES DA CONQUISTA

SACRED FEMININE: A RESCUE OF AZTEC WOMEN BEFORE THE CONQUEST

Michelle Leal Racheli da Silveira¹⁰¹

Artigo recebido em 30 de abril de 2022
Artigo aceito em 30 de agosto de 2022

Resumo: Este artigo pretende apresentar uma imagem das mulheres que habitavam o México antigo durante a civilização Asteca. Para tal propósito, primeiramente formulou-se um conceito que contemple a palavra mulher, com foco final nas mulheres na sociedade asteca. Por fim apresento uma análise acerca destas mulheres astecas, suas ações e obrigações dentro da sociedade.

Palavras-Chave: Asteca; História; Mesoamérica; Mulher.

Abstract: This article intends to present an image of the women who inhabited ancient Mexico during the Aztec civilization. For this purpose, a concept was first formulated that contemplates the word woman, with a final focus on women in Aztec society. Finally, I present an analysis of these Aztec women, their actions and obligations within society.

Keywords: Aztec; History; Mesoamerica; Women.

1 - Introdução

A sociedade latina atual foi construída em conceitos e fórmulas patriarcais, fundamentadas em uma religião trazida na conquista europeia. Durante essa mudança do imaginário divino, a cultura local foi aos poucos apagada ou associada a um novo símbolo celeste. Esse

¹⁰¹ Bacharela em História pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG.
Identificador ORCID: 0000-0002-0928-3719. E-mail: mlealrachel@gmail.com

rompimento do modelo sagrado afetou não apenas o religioso, mas a base estrutural das sociedades dominadas, tornando, no que refere a representação do papel feminino dentro da sociedade, como pecaminoso e demoníaco, conceitos trazidos também nas naus europeias.

Os comportamentos femininos que existiam na antiguidade mesoamericana foram por muitos anos oprimidos, apagados pela presença da Conquista. Os resgates permitidos pelas vozes latinas e feministas das últimas décadas são essenciais para construção de uma imagem mais nítida das atividades das mulheres pré-hispânicas e da sociedade em que viviam.

Fazendo uso de um recorte histórico, este artigo pretende dar forma às mulheres astecas, inseridas dentro do seu mundo mitológico e social. Para tanto, primeiramente desenho um conceito daquela que é considerada mulher na sociedade asteca, para posteriormente explorar seu cotidiano, as funções, obrigações e submissões em que existiam.

2 - Imaginando Conceitos

Afinal o que é ser mulher? Um modelo biológico que foi determinado na formação das espécies? Uma construção cultural, concebida dentro de alguns padrões inventados pelo ser humano durante sua transição civilizatória?

Parto da necessidade primária de separar alguns conceitos, diferenciar as questões que foram misturadas durante bastante tempo: sexo biológico e identidade de gênero. Para tanto, apoiei-me em Cabral e Diaz:

“Sexo refere-se às características biológicas de homens e mulheres, ou seja, às características específicas dos aparelhos

reprodutores femininos e masculinos, ao seu funcionamento e aos caracteres sexuais secundários decorrentes dos hormônios.

Gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais." (CABRAL, DIAZ, 1998, p.1)

Tal afirmação é essencial para que possa contextualizar a que mulheres estou me referindo neste artigo, ou seja, aquelas que nasceram com a materialidade própria às fêmeas da espécie humana: ovários, útero, vagina, que são características do que a sociedade humana antiga considerava feminino. Serão as questões que envolvem as materialidades femininas que exponho nestas linhas e, portanto, antecipadamente desculpo-me por não me propor a elaborar crítica às questões de gênero que atualmente são debatidas acerca das transexualidades, travestismos ou orientações sexuais, ciente do risco anacrônico que corro, contudo consciente que tais questões não estão alinhadas com o objetivo deste artigo.

Início esta parte da jornada com uma autora que é considerada uma das mães do movimento feminista e, por consequência, da voz que as mulheres não tinham vez de expressar, Simone de Beauvoir. A leitura de Beauvoir me foi de suma importância pela transição que ocorre em sua obra *Segundo Sexo* (BEAUVOIR, 2019), onde são expostas questões biológicas e filosóficas que formam este ser chamado mulher.

É na primeira parte da obra citada, que me alicerço para elaborar o contexto aqui necessário, onde nos é apresentada a percepção da mulher como o *Outro*, quando o homem é o *Um*.

“Machos e fêmeas são dois tipos de indivíduos que, no interior de uma espécie, se diferenciam em vista da reprodução: só podemos defini-los correlativamente. Mas é preciso observar que o próprio sentido de seccionamento das espécies em dois sexos não é muito claro.” (BEAUVOIR, 2019, p.31)

Desta forma, todas as ações adotadas pelo feminino são embasadas na crença que ela ou copia o masculino, ou adota ações que o completam, o apoiam, incapaz de criar ou ser por si sem a existência deste um. A autora prossegue, chegando aos mamíferos e o processo de dominação do macho sobre fêmea:

“Por provocante ou tolerante que seja, é o macho, de qualquer modo, quem possui: ela é possuída; ele pega, ela é pegada e a palavra tem, por vezes, um sentido muito preciso: ou por que tem órgãos adaptados, ou por que é o mais forte, o macho segura-a, imobiliza-a; efetua ativamente os movimentos do coito.” (BEAUVOIR, 2019, p.47)

Traçando uma fórmula complexa e ao mesmo tempo simples, observamos as diferenças entre fêmeas e machos, e é apropriado o termo, pois é sobre eles que as espécies se fundamentam, no processo de dominação e submissão que culminam na reprodução destas. Ao fim deste processo, o macho individualiza-se novamente, enquanto a fêmea passa a ser ela e ser outra, responsável pela continuação da espécie (BEAUVOIR, 2019). Contudo é seguro dizer que, apesar da fórmula base que considera a mulher apenas uma fêmea, na humanidade ela luta para se impor acima de sua fisiologia, obrigando uma leitura mais atenta da concepção de mulher por essa sociedade em que está inserida.

Faço nota que é necessário compreender que Beauvoir deve ser lida a partir de seu tempo e sua carga de estudo, ou seja, uma filósofa na França da década de 1940, como bem elaborou Saffioti:

“Beauvoir é, frequentemente, criticada por ter pretendido estudar a mulher e não mulheres. Ou seja, referiu-se a um universal, quando deveria, na opinião de suas(seus) exegetas, ter mergulhado nas condições específicas dos distintos contingentes de mulheres. Este, entretanto, era o padrão da época.” (SAFFIOTI, 1999, p.59)

Saffioti questiona a mulher universal a que Beauvoir se refere, quando assume que todas as mulheres são iguais e possuem as mesmas necessidades e problemas.

A autora busca justificar tal avaliação, e faço uso deste argumento, para fim de contextualização de Beauvoir:

“Por não ter familiaridade com o ofício de historiador, Beauvoir incorreu, sem dúvida, em erros. Deixou de verificar, por exemplo, que houve espaços/tempos em que a maioria das mulheres alcançava a transcendência e que em qualquer espaço/tempo sempre há mulheres que não se limitam à imanência. Por esta razão, enxergou apenas a dominação masculina, não tendo visto a igualdade entre homens e mulheres, presente em certas sociedades. Não se estaria pedindo demais a uma literata, todavia, quando se apontam erros neste domínio? Como não-historiadora, Beauvoir não poderia examinar documentos, mas buscar na literatura sobre o assunto os subsídios para seu livro. Como não havia historiadoras feministas na época, não se havia ainda revelado o papel das mulheres na História e, por conseguinte, enquanto SUJEITOS.” (SAFFIOTI, 1999, p.159)

Ou seja, no que tem direta relação com a leitura de Beauvoir e sua escrita acerca das mulheres, a filósofa apresenta-se como leitora do mundo em que vive, no seu presente, não tendo conhecimento do passado e das sociedades e relações anteriores ao seu próprio período.

“Se atualmente, passados cinqüenta anos, ainda não se conhece a História da perspectiva de gênero, pode-se compreender a pobreza do material consultado por Beauvoir. Cada intelectual cumpre um papel, de acordo com sua formação. Não lhe cabia consultar arquivos. É exatamente em razão de ainda se estar muito longe de ter completado a tarefa de reconstituição da história da mulher que não cobro de pesquisadores a perspectiva de gênero quando se debruçam sobre o objeto mulheres. Como o conhecimento da própria história contribui para o empoderamento de uma categoria social, penso que teremos muito a fazer, considerando o

feminismo como uma perspectiva político-científica, cujo objetivo não consiste apenas em ampliar o acervo de saberes, mas também em criar mecanismos políticos para a construção da igualdade social entre homens e mulheres.” (SAFFIOTI, 1999, p.159)

Por fim, Saffioti sai em defesa de Beauvoir, assumindo a parca coleção de pesquisas sobre identidade de gênero ou sexualidade, mesmo no fim do século XX, de onde escreve, convidando mais e mais historiadoras a debruçar-se sobre o passado e revelarem as narrativas ainda não escritas.

Destas conversas entre autoras, percebe-se que ser mulher -- ou homem, é mais que atender às determinações biológicas, afinal os costumes e maneirismos originam-se das criações e construções sociais, e são em última análise fórmulas ficcionais impostas em algum momento como verdades absolutas, a qual inventam-se justificativas à partir das descobertas direcionadas para tal, como é exemplo a biologia já citada. A constante omissão da presença das fêmeas como força motriz dos movimentos históricos reafirma tal argumento, fazendo parecer que não há capacidade intelectual neste ser quando em comparação ao macho da espécie humana. Desta forma, ser fêmea, ou mulher, é inferior à ser macho, ou homem, e destaco esta afirmação para explicitar a questão da identidade de gênero, que quando de início de seus debates no Brasil, estava intimamente vinculada com a questão da mulher e sua suposta inferioridade.

Para melhor expor essa construção e imposição sobre a identidade de gênero e os papéis exigidos, retomo as falas de Cabral e Diaz (1998):

“O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser construído desde que o(a) bebê está na barriga da mãe, quando a família de acordo à expectativa começa a preparar o enxoval de acordo ao sexo. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Depois que nasce um bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo: “menina ou menino” e a partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera desta menina ou menino. Ou seja,

por ter genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar.” (CABRAL, DIAZ, 1998, p.1)

Tal leitura sobre um determinismo biológico quanto à identidade de gênero vem estruturando e alimentando as sociedades, que pré determinam comportamentos, vestimentas, profissões e obrigações sociais a partir da materialidade biológica de cada membro de sua população.

Quando este pensamento sobre as imposições sociais de gênero e sexo que, imposto nas sociedades humanas, para além de ser questionado, passa ser exposto como equivocado, na invasão das mulheres em espaços criados para exclusividade dos homens, como à exemplo das academias, novas relações e atritos surgem, como bem articula Rago (1998):

“É bem verdade que a entrada das mulheres nos círculos universitários já vinha produzindo uma certa feminização do espaço acadêmico e das formas da produção dos saberes. Em outras palavras, desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores.”(RAGO, 1998, p.90)

Essa ocupação dos espaços de saberes trazendo a escrita feminista propiciou voz a outra parte da história, reformulando conceitos até então considerados imutáveis e inquestionáveis.

“Da história das mulheres passamos repentinamente a falar na categoria do gênero, entre as décadas de 1980 e 1990. Uma imensa literatura abriu-se, então, para nós: as pós-estruturalistas, com Derrida e Foucault à frente, dissolvendo os sujeitos e apontando para a dimensão relacional da nova categoria; as marxistas, procurando integrar rapidamente a nova categoria em seu sistema de pensamento, sempre muito preocupadas em garantir o lugar outrora hegemônico e agora compartilhado do conceito de classe. Era como se nos dissessem: “tudo bem, pensaremos as relações sexuais, mas desde que respeitemos que a divisão social é mais importante do que a sexual.” As hierarquias eram, então, rapidamente repostas. E, finalmente, acenavam as psicólogas, com suas propostas e interpretações, mais ligadas às questões da maternidade e da crítica ao patriarcado.” (RAGO, 1998, p.90)

Assim a dialética do mundo foi se reescrevendo, atravessando economia, psicologia, história, ampliando os campos interdisciplinares, afim de formular novas sínteses, elaborando novas narrativas, perguntas e respostas.

Desta forma, o conceito de mulher no presente que se escreve este artigo está aquém da fórmula determinista e biológica das fêmeas, silenciadas, sem direito a um passado ou escolhas que atendam para além da necessidade de procriação da espécie. Contudo, conforme abordei no início, a mulher do século XXI não é a mesma que habitou a Mesoamérica dos séculos XIV até XVI, e essa outra, a mulher do passado, é o real objeto deste estudo.

3 - Elaborando sobre o cotidiano

No que diz respeito ao mundo mesoamericano, autoras e autores contemporâneos vêm observando e abordando os papéis de gênero desempenhados pelos povos existentes neste momento e local histórico, assim me é possível usar estas leituras para exibir a presença das mulheres astecas -- sua participação e relevância. Neste ponto, inicio afirmando que de acordo com as leituras referenciadas neste artigo, as mulheres da antiguidade eram reféns do determinismo biológico, ou seja, eram consideradas mulheres as fêmeas da espécie humana, visto que os questionamentos sobre identidade de gênero são bastante recentes e talvez não tenham sido identificadas outras leituras destas mulheres. Nessa linha:

“podemos afirmar que, embora a função primária do gênero seja regular a reprodução, ao longo do tempo uma série de comportamentos culturais e símbolos específicos foram codificados que regulavam tanto a reprodução biológica quanto a social.” (WIESHEU, 2011, p.29, tradução nossa)

As mulheres, e homens, mesoamericanos eram compelidos a determinados comportamentos, limitados pelos seus genitais, ou seja, pelo determinismo biológico.

Para além das representações anatômicas, López Hernández afirma acerca das organizações estruturais das relações econômicas e sociais:

“Nesta avaliação dos gêneros na cultura mexicana, o controle masculino das atividades econômicas fundamentais - agricultura e guerra - foi correlacionado com a preeminência do status do homem sobre o da mulher.

Desta maneira, vê-se uma clara transposição do feminino com o masculino. Os mexicas consideravam a passividade indesejável e a relacionavam inerentemente às mulheres. O oposto aconteceu com o estereótipo masculino, que era de virilidade e bravura, de atividade (em oposição à passividade). Qualquer comportamento que contrariava esse ideal representava uma transgressão da desejável identidade de

gênero masculina, aplicável até mesmo às mulheres, pois quando eram muito estimadas eram chamadas de mulheres de “coração viril”.

Em suma, a subordinação da mulher mexica não se baseava na força física do homem em relação à mulher, nem nas funções biológicas de cada sexo, mas encontrava-se firmemente enraizada na base econômica, que era determinada pela divisão entre a organização da produção e a reprodução social.” (LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2011, p.68, tradução nossa)

Nesta análise observa-se que o controle do mundo asteca era fundado no princípio da guerra, da coragem e da força, papel desempenhado majoritariamente pelo masculino, impondo sobre sua população ações adequadas a tal visão da realidade, homens másculos e rígidos, mulheres femininas e frágeis. A autora prossegue sobre o assunto:

“Os deuses estabeleceram que ambos os sexos deveriam participar de duas atividades: na produção agrícola e na reprodução humana. Na primeira, simbolicamente, o homem usava o coa —como seu membro viril— para preparar o solo e a mulher depositava a semente.

A fição e a tecelagem eram atividades de extrema importância para a economia mexica e, desde a história mítica, tarefas confiadas e reservadas às mulheres, bem como a adivinhação. É assim que a partir do mito é claramente traçada a separação entre as esferas masculina e feminina.” (LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2011, p.40, tradução nossa)

Ou seja, apesar da dita submissão, as mulheres astecas participavam ativamente das estruturas sociais, desempenhando profissões como: comerciantes, adivinhas, curandeiras, parteiras, casamenteiras, pintoras, escritas, artesãs de plumas, ou prostitutas (LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2011, p.51), entre outras tantas, seguindo o modelo por elas criado pela intervenção divina.

4 - Reflexões sobre e trabalho e submissões

Ao observar as dinâmicas sociais da sociedade asteca, em relação às condições de trabalho das mulheres, estas eram intimamente dependentes da sua situação de nascimento:

“Está claro que a mulher não mantém uma condição de homogeneidade, pois sua posição pode variar de acordo com a classe social a que pertencia, sua idade, o momento do ciclo de vida da família e suas características individuais.” (RODRIGUEZ-SHADOW, 2000, p.79, tradução nossa)

Às mulheres eram determinados papéis a partir de sua hierarquia social, aparência, habilidades e período da vida. Em vista disto:

“Nesse tipo de organização econômica e, portanto, social, era imprescindível que as atividades fossem divididas por sexo, meio necessário para a sobrevivência e o bem-estar da comunidade.

Dessa forma, as mulheres foram relegadas às atividades da esfera política ou comercial exterior e sua contribuição social se refletiu na reprodução biológica, na educação e em atividades que não as obrigassem a sair de casa, como fiação, tecelagem e bordados.

Resumidamente, pode-se apontar que houve uma opressão de sistemas contra indivíduos e não de homens contra mulheres. No entanto, nesta hierarquia social, as mulheres permaneceram em um nível marginal, uma vez que foram privadas da esfera política e de tomada de decisão.” (LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2012, p.66, tradução nossa)

Isto é, de modo grosseiro, é possível afirmar que nas comunidades astecas, além das opressões hierárquicas relacionadas às classes que ocupavam, as mulheres eram preteridas por seu status de mulher. Dentro deste sistema organizacional estas mulheres podem ser separadas em três amplas categorias: nobres, do povo e escravas -- cada um destes grupos possui subdivisões, destinando-as a diferentes profissões e relações com a estrutura central asteca.

Acerca das mulheres nobres, apesar de poderem receber terras como herança, eram impossibilitadas de exercerem qualquer status político, consideradas responsáveis pela perpetuação de sua linhagem, recebiam educação restritiva, e, portanto, deveriam ser recatadas,

dóceis e domésticas, incapazes de desempenhar qualquer papel de poder (RODRIGUEZ-SHADOW, 2000, p.81-91).

No que se refere às plebéias, macehualli, eram responsáveis pelos cuidados domésticos, agrícolas, fabricação de vestes familiares, além de vendedoras de bordado, enfeites de cabelo e os mais variados alimentos. Apesar de registros indicarem que recebiam a mesma educação de recato das mulheres nobres, autoras latinas afirmam haver evidências que as mulheres do povo possuíam maior liberdade sexual. É desta classe que majoritariamente advém as prostitutas que existiam na sociedade, originadas de diferentes situações: “viver na pobreza extrema, ser entregue pelos próprios familiares como tributo, ser espólio de guerra ou, simplesmente, por sua própria vontade.” (LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2011, p.43-45; RODRIGUEZ-SHADOW, 2000, p.91-96, tradução nossa).

Considerando o status de escravidão mencionado no capítulo anterior, Rodriguez-Shadow aponta que as mulheres poderiam ser escravizadas através de: coerção; captura pela guerra; dívidas -- que poderiam ser herdadas do marido ou pai; vontade própria ou familiar -- neste último a autora cita a venda de donzelas consideradas difíceis de educar por seus pais (RODRIGUEZ-SHADOW, 2000, p.96-103). Ainda sobre a escravidão feminina, em paralelo à masculina:

“Muitos dos cativos que foram feitos na guerra foram levados para a pedra do sacrifício, mas um certo número foi guardado “para seu benefício”, desta forma o estado mexica incorporou escravas que eram destinadas ao serviço sexual e aos trabalhos de fiação e tecidos.” (RODRIGUEZ-SHADOW, 2000, p.99, tradução nossa)

Assim nota-se que a escravidão de homens e mulheres apresentava-se de maneira distinta, onde mulheres podem ser destinadas para uso sexual por seus captores ou donos.

“Entre os escravos que eram destinados ao sacrifício, havia diferenças no tratamento por homem ou mulher; Os homens

eram tratados com considerações e privilégios e não se registra que nenhum trabalho fosse imposto, por outro lado, as mulheres eram mantidas tecendo e fiando até a véspera da ocorrência do ritual." (RODRIGUEZ-SHADOW, 2000, p.100, tradução nossa)

Acerca da escravidão para sacrifício aos deuses, aos homens sacrificados eram destinadas acomodações e alimentação adequada antes do ritual, enquanto às mulheres eram reservado o serviço obrigatório e sem descanso. Sobre este:

"As escravas fiavam, teciam, costuravam ou remendavam as roupas na casa de seu senhor e cuidavam da moagem do milho e do preparo do cacau. Parece óbvia a situação indesejável dos escravos, no entanto, é claro que o escravo homem mantinha um status diferente em relação à sua contraparte feminina." (RODRIGUEZ-SHADOW, 2000, p.101, tradução nossa)

Fica evidente, deste modo, que a situação de escravidão, além de inegavelmente desprezível, no que concerne às mulheres, torna-se mais abominável, visto os serviços sexuais e trabalhos de fiar e cozer a que elas eram mantidas até o momento de sua morte.

5 - Falando sobre mitos e incorporações

Dedico um momento em separado para evidenciar sobre os papéis sacerdotais, em particular o papel clerical de *Cihuacoatl*, nitidamente feminino em função da Deusa, Mãe e Rainha, mas não representado por uma mulher:

"Junto ao rei asteca, continuava a governar o/a *Cihuacoatl*, uma figura que, apesar de ser homem, assumia o lugar de Mãe ou de Rainha, o que indica que mesmo em um período tardio, formalmente, o sacerdote-rei seguia ou tentava orientar suas ações, guiado e dependendo em alto grau de sua alma." (SOLARES, 2007, p.385, tradução nossa)

Conforme citado anteriormente, este trabalho não se propõe a abrir debate sobre travestismo, contudo é imprescindível notarmos a

presença do feminino divino na governança da nação

asteca, mesmo que representada por um homem.

“Esta era a razão de por que seu «conselheiro» aparecia sempre com vestido de mulher, para evocar a presença da Deusa, já que simbolicamente ela era a origem, a Deusa da Caverna, das águas, da nascente, dos mananciais, que compreendia o murmúrio das árvores, os mistérios da preparação da comida, da bebida, da confecção das vestes e dos recipientes. Todas as transformações da natureza que, mais do que um processo “técnico”, como a consciência secularizada nos faz ver, foram consideradas, em sua origem, um mistério percebido pelas pessoas convocadas no ritual.” (SOLARES, 2007, p.385, tradução nossa)

Assim a deusa primeira, origem de todas as coisas, por ser mulher e dar à vida à própria existência, governa junto ao imperador, usando dos sinais cósmicos como ferramenta para atender as necessidades e determinar as ações que os mundanos devem tomar.

À vista disso, Solares aponta o papel das mulheres na sociedade asteca:

“Na tradição civil e religiosa do governo, ela era a executora dos assuntos internos da tribo. Como o rei, tinha deveres relacionados a assuntos civis e religiosos, o cuidado dos serviços, a supervisão do templo, as formas dos ritos e os assuntos internos do sacerdócio. Apesar disso, sob o domínio asteca, nenhuma dúvida pode ser abrigada em relação à subjugação da constelação matriarcal original - mulheres e crianças - por meio das instituições patriarcais que lhes foram sobrepostas.

Há muitos indícios de que mesmo sem poder oficial, as velhas continuaram a dirigir os rituais de parto, medicina, tecelagem e até cerimônias extáticas relacionadas a cogumelos e narcóticos, enquanto os homens tratavam de assuntos externos, da organização da ordem urbana e principalmente da guerra.” (SOLARES, 2007, p.385, tradução nossa)

As deusas são, portanto, incorporadas, mescladas e subjugadas pelas entidades masculinas, seja no mito, seja na incorporação de homens vestidos de deusas, perdendo assim sua posição estrutural na hierarquia asteca, sem contudo deixar de habitar o imaginário social e cultural destes povos.

Por fim, no âmbito histórico:

"Mesmo reconhecendo as inúmeras situações de opressão das quais as mulheres seguidamente foram vítimas ao longo da História, creio que não é possível pensá-las independentemente de outros dados históricos e culturais. Muitas historiadoras nos têm mostrado que, mesmo em épocas de grande opressão das mulheres, havia situações e práticas nas quais elas detinham poder e reconhecimento social." (GROSSI, 1998, p.7)

Conforme a citação de Grossi, esse reconhecimento e resgate, operado por pesquisadoras e pesquisadores, acerca da resistência das mulheres diante da opressão masculina ao longo dos séculos, colabora com as evidências aqui apresentadas, confirmando a possibilidade de poder simbólico feminino nas estruturas sociais, indiferente de época ou local, mesmo diante da pressão patriarcal notória nas sociedades mesoamericanas.

Considerações Finais

Imaginar a mulher na antiguidade não é tarefa simples, são muitos os atravessamentos que se impõe ao se desenhar sua imagem, são muitas as culturas e imposições de trejeitos, produzir uma mulher latina pré-hispânica parece ainda mais desafiador, considerando as histórias não contadas do mundo feminino mesoamericano. É aqui que urge a necessidade de uma releitura das narrativas que vêm sendo efetuadas nas últimas décadas, uma revisão historiográfica do papel dos gêneros e sexos dentro das sociedades e como a manipulação destas relações alternou a forma como a história foi exposta.

Considerando a necessidade de explicar qual mulher estava resgatando, ou seja, quem eram consideradas mulheres na organização social das culturas mesoamericanas, em particular a cultura asteca, concebi uma imagem daquela que representa o feminino para o mundo antigo asteca.

A partir dessa figura imaginada como mulher, o processo de caracterização iniciou-se, com a inserção de dados sobre suas ações e

reações dentro da sociedade antiga, ou seja, quem e como eram vistas estas mulheres que formam a sociedade asteca.

Por fim, desenhou-se uma imagem da indígena que habitou o México antigo, nem tão submissa, nem tão divina, mas real. Essa mulher, refém das suas condições de nascimento e da sociedade bélica patriarcal em que existia, é indispensável nas mecânicas estruturais da sociedade asteca, pois é ela a mãe e a curandeira, é nela que reside a resistência das opressões e a sabedoria da ancestralidade.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS:

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 809
- CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. *In*: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Rona, 1998. p.142-150.
- GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. 1998. Disponível em: http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_de_genero_revisado.pdf. Acesso em 29 de mai. de 2021
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 12, p.157-163, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812>. Acesso em 24 maio 2021.

REFERÊNCIAS HISTÓRIOGRÁFICAS:

- WIESHEU, Walburga María. Jierarquia de genero y organizacion de la produccion en los estados prehispanicos. *In*: RODRÍGUEZ-SHADOW, María (Org.). **Las mujeres en mesoamérica prehispánica**. México: Universidad Autónoma del Estado de México. 2007. p.25-47.
- LÓPEZ HERNÁNDEZ, Miriam. De mujeres y diosas aztecas. *In*: Tomo 1 de la serie **Mujer mesoamericana**. 2011. p. 97
- _____. **Mujer divina, mujer terrena: modelos femeninos en el mundo mexicana y maya**. Buenos Aires: Libros de la Araucaria, 2012. p. 275
- RODRÍGUEZ-SHADOW, María. **La mujer asteca**. 4.ed. México: Universidad Autónoma del Estado de México, 2000. p. 279

_____. La condición de las mujeres mesoamericanas:
notas para el inicio de un debate. *In*: GUARDIAN, Sara Beatriz (Org.).

Escritura de la historia de las mujeres en América Latina: el retorno de las diosas. 2005. p.97-113.

SOLARES, Blanca. **Madre terrible: La Diosa en la religión del México Antiguo.** Barcelona: Anthropos, 2007. p. 430